



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOUREO ESTADUAL – STE

As metas fiscais do Estado de Alagoas, para o exercício de 2011, foram originalmente estabelecidas através da Lei nº 7.198 de 28 de julho de 2010 (LDO), que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para aquele exercício, o qual constituiu a necessidade da obtenção de um superávit primário de R\$ 605,7 milhões (2,23% do PIB) e que foi reprogramada através da Lei nº 7.264 de 22 de julho de 2011 para R\$ 317,4 milhões (1,17% do PIB) em face da priorização da política de investimentos estruturais do governo.

Os parâmetros fixados na Lei Orçamentária serão objeto dos comentários a seguir:

- **Resultado Fiscal**

Por ocasião das elaborações das programações financeiras e dos cronogramas trimestrais de desembolsos de que tratam o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, foram reavaliadas as receitas primárias e as despesas obrigatórias e verificada a necessidade de limitação de empenho, a movimentação financeira e os pagamentos das despesas discricionárias (custeio, investimentos e inversões financeiras) em R\$ 632,7 milhões, o que foi feito por meio dos Decretos de Programação Trimestral Financeira. É de ressaltar que no alusivo período a economia orçamentária, a qual é a diferença entre a despesa executada e a despesa fixada, foi de R\$ 729,2 milhões e a insuficiência de arrecadação de R\$ 223 milhões.

No exercício financeiro de 2011, o total das receitas primárias alcançou R\$ 5,580 bilhões (20,55% do PIB), ou seja, as receitas totais excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um acréscimo nominal de 1,86% correspondendo a R\$ 101,9 milhões em relação a 2010. Entretanto, em relação ao PIB um decréscimo de 1,62% do PIB.

O total das receitas de transferências líquidas do FUNDEB em 2011 foi de R\$ 3,245 bilhões (11,95% do PIB) e em 2010 de R\$ 3,264 bilhões (13,21% do PIB), resultando em uma redução de 1,26% do PIB. No que se refere ao FPE líquido do FUNDEB era de R\$ 1,623 bilhão (6,57% do PIB) em 2010 e passou para R\$ 2 bilhões (7,36% do PIB) em 2011 ou um incremento nominal de 23,18%. Ressalta-se, ainda, que no que tange as Outras Transferências que eram de R\$ 1,641 bilhão (6,64% do PIB) em 2010 e reduziu para R\$ 1,245 bilhão (4,59% do PIB). Assim, essa queda significativa foi reflexo da redução das transferências de convênio no que concernem as transferências correntes¹ bem como das transferências de capital em 2011 em relação a 2010. A título de comparação as alusivas transferências alcançaram de R\$ 777.1 milhões em 2010 e reduziram em 2011 para R\$ 256,3 milhões. Feito e corrigido

¹ As receitas de Transferências de Convênios tiveram um aumento expressivo em face da enchente que atingiu diversos municípios alagoanos.

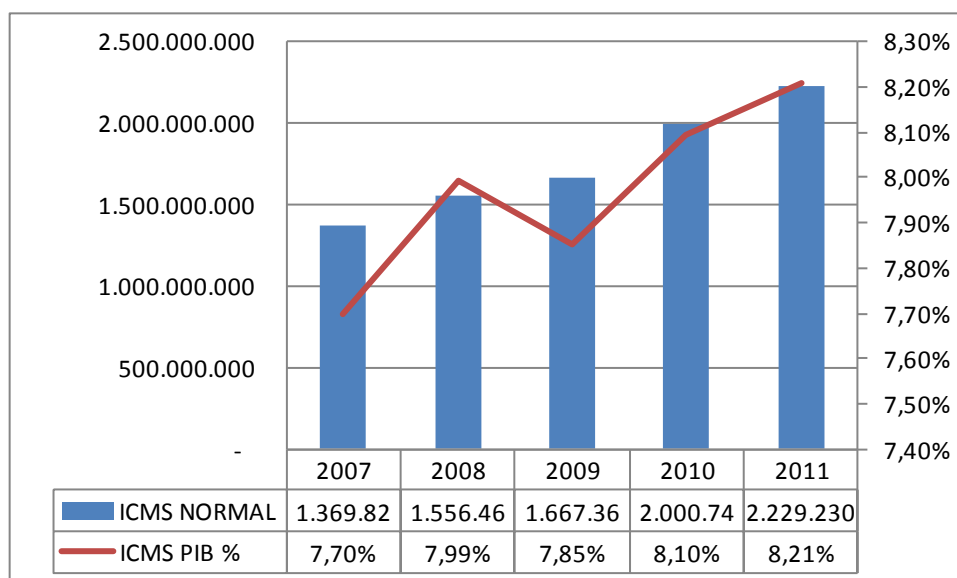


GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOURO ESTADUAL – STE

O total das receitas da arrecadação própria em 2010 foi de R\$ 2,214 bilhões (8,96% do PIB) e passou para R\$ 2,335 bilhões (8,60% do PIB), refletindo em um acréscimo nominal de R\$ 121 milhões ou 5,47%. O ICMS Principal excluído o FECOEP líquido do Fundeb em 2010 correspondeu a R\$ 1,701 bilhão (6,88% do PIB) e em 2011 foi de R\$ 1,895 bilhão (6,98% do PIB), resultando em um incremento nominal de 11,42% ou de R\$ 194,2 milhões (0,1% do PIB). Feito e corrigido

O Gráfico explicita o modelo de esgotamento do aumento da arrecadação do ICMS Principal excluindo o FECOEP em relação ao PIB, na medida em que em 2007 correspondia a 7,70% do PIB e passou para 8,21% do PIB em 2011. Além disso, em 2010 o PIB teve um incremento de 7,5% a.a e arrecadação correspondeu a 8,10% do PIB. Feito e corrigido faltando apenas o nº do Gráfico

Gráfico I – Modelo de esgotamento do incremento do ICMS Principal excluído FECOEP em % do PIB – 2007 a 2011



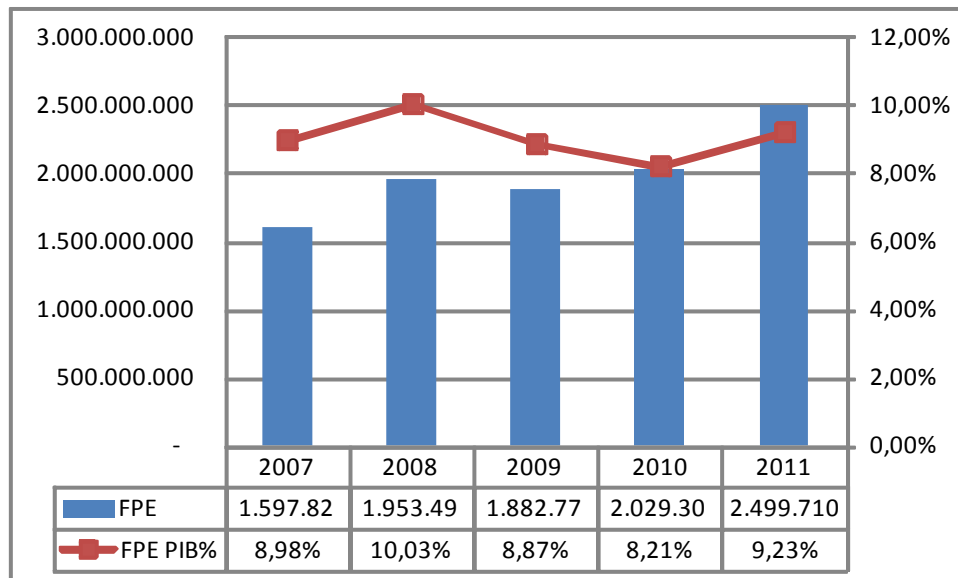
Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

O Gráfico II demonstra o real efeito da crise econômica mundial em 2008 e os reflexos para as finanças pública do Estado em função que mesmo com o significativo incremento da arrecadação do FPE para R\$ 2,499 bilhões em 2011 o alusivo montante foi inferior em % do PIB quando se compara a 2008. Assim, evidencia-se o modelo de esgotamento do aumento da receita do FPE em % do PIB e os reflexos estruturais para o equilíbrio das contas públicas.



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOUREO ESTADUAL – STE

Gráfico II – Modelo de esgotamento do incremento do FPE em % do PIB – 2007 a 2011



Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

Ressalta-se, ainda, que a redução de outras receitas de arrecadação própria foi reflexo da criação do AL Previdência em face que as Receitas de Contribuição Previdenciária que foi de R\$ 152,6 milhões (0,73% do PIB) e reduziu em 2010 para R\$ 56,1 milhões (0,24% do PIB), evidenciando uma redução nominal de 63,2% ou R\$ 96,4 milhões (-0,46% do PIB).

O total das despesas não financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, totalizou em 2011 R\$ 5,110 bilhões (18,82% do PIB) e em 2010 de R\$ 5,242 bilhões (21,22% do PIB), implicando em uma redução nominal de 2,54% ou R\$ 133,2 milhões (2,40% do PIB). Assim, essa redução das despesas não financeiras é reflexo do incremento da Receita Líquida Real que gerou em um incremento do serviço da dívida bem como a redução das Transferências Correntes e de Capital e das Operações de Crédito de 2011 em relação a 2010.

A despesa de pessoal em 2011 foi de R\$ 2,779 bilhões (10,23% do PIB) e em 2010 de R\$ 2,621 bilhões² (10,61% do PIB), implicando em um crescimento nominal de R\$ 157,5 milhões (6,01%). Salienta-se que houve uma redução de 0,37% do PIB de 2011 em relação a 2010 reflexo da política de reajuste salarial para todas as categorias em 2011³.

² Salienta-se para o fato de que houve um ajuste estatístico da despesa de pessoal montante de R\$ 122 milhões repassados do antigo Fundo Previdenciário ao AL Previdência que financiou a despesa com inativos e pensionistas e que não foram contabilizados na despesa de pessoal em 2010.

³ O governador Teotonio Vilela Filho, em pronunciamento nesta sexta-feira (8), anunciou a nova política salarial para todas as categorias de servidores, incluindo os comissionados, com base no Índice Nacional



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOURO ESTADUAL – STE

As despesas referentes às Outras Despesas Correntes excluindo as Transferências Constitucionais Legais, Investimentos e Inversões Financeiras totalizaram em 2010 o montante de R\$ 2,029 bilhões (8,21% do PIB) e em 2011 de R\$ 1,680 bilhão (6,19% do PIB). Assim, houve uma redução nominal de R\$ 348,2 milhões (17,16%) de 2011 em relação a 2010 e no que concerne a relação com o PIB foi de 2,02% do PIB.

No que se referem às outras despesas correntes⁴ excluindo as Transferências Constitucionais Legais evidenciou-se que em 2010 correspondeu a R\$ 1,160 bilhão (4,70% do PIB) e em 2011 foi de R\$ 1,114 bilhões (4,10% do PIB), resultando em uma redução nominal de R\$ 46,4 milhões ou 4,00% e no que tange ao percentual do PIB foi de 0,6%.

No que concernem às despesas de capital os⁵ investimentos e inversões financeiras eram de R\$ 868,2 milhões (3,51% do PIB) em 2010 e reduziram para R\$ 566,3 milhões (2,09% do PIB) em 2011, implicando em uma redução nominal de R\$ 301,8 milhões ou de 34,77%, correspondendo uma diminuição de 1,43% do PIB.

O equilíbrio das contas públicas fica evidenciado no que tange a obtenção do superávit primário em face que em 2010 foi de R\$ 235,3 milhões (0,95% do PIB) reflexo da grave crise mundial e em 2011 passou para R\$ 470,5 milhões (1,73% do PIB). Salienta-se, ainda, que a meta do superávit primário fixado pela LDO para o exercício de 2011 era de R\$ 319,3 milhões (1,31% do PIB). É de salientar que o superávit primário foi aumentado e, além disso, o governo privilegiou a realização de investimentos estruturantes.

No que se refere ao resultado primário estrutural⁶ do Estado de Alagoas adicionamos os efeitos dos restos a pagar não processados que foram cancelados em 2007, 2008, 2009 e 2010 e evidenciamos o impacto no crescimento do resultado primário principalmente no que concernem as despesas com investimentos. Além disso, foi reduzido o resultado primário excluindo o montante de R\$ 122 milhões repassados do antigo Fundo Previdenciário ao AL Previdência que financiou a despesa com inativos e pensionistas e que não foram contabilizados na despesa de pessoal em 2010, bem como as receitas extraordinárias da Terceirização da Folha.

Os resultados primários estruturais obtidos foram inferiores aos superávits primários nos exercícios de 2007, 2010 e 2011.

de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). A partir de 1º de maio, com base no IPCA de 2010, o Governo dará um reajuste linear de 5,91%, sendo 50% em maio e 50% em novembro. O reajuste significará um crescimento de R\$ 9 milhões mensais na atual folha, que é de R\$ 163 milhões.

⁴ As Transferências de Convênios Correntes corresponderam a R\$ 200 milhões em 2010 reflexo da enchente e em 2011 foi de R\$ 81,8 milhões.

⁵ As transferências de capital em 2010 foram de R\$ 577,1 milhões e reduziram para R\$ 174,5 milhões em 2011.

⁶ Realizar ajuste nas estatísticas, por exemplo, as práticas relacionadas com superestimação e antecipação de receitas, a contabilização equivocada de receitas na forma de primárias e despesas em não primárias, a postergação do pagamento de despesas para o início do ano fiscal seguinte e o atraso das restituições.



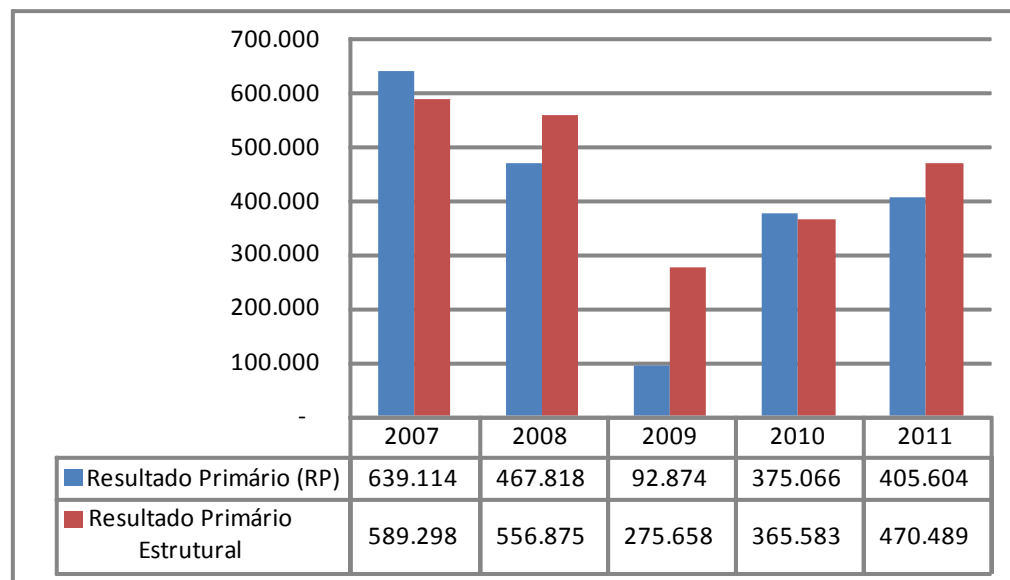
GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOUREO ESTADUAL – STE

Tabela I – Resultado Primário Estrutural 2007 – 2011

	2007	% PIB	2008	% PIB	2009	% PIB	2010	% PIB	2011	% PIB
Resultado Primário (RP) (A)	639.114	3,59%	467.818	2,40%	92.874	0,44%	375.066	1,52%	470.489	1,73%
Cancelamento de RNP - Custeio (B)	6.719	0,04%	17.385	0,09%	25.322	0,12%	30.060	0,12%		
Cancelamento de RNP - Investimento (C)	18.787	0,11%	71.672	0,37%	157.462	0,74%	92.456	0,37%		
Despesa de Aposentadoria não contabilizada (D)		0,00%		0,00%		0,00%	132.000	0,53%		
Terceirização da Folha (E)	75.323								64.885	
Resultado Primário Estrutural = A + (B+C) - D - E	589.298	3,31%	556.875	2,86%	275.658	1,30%	365.583	1,48%	405.604	1,49%
PIB Alagoas	17.793.746		19.475.840		21.234.293		24.712.906		27.157.452	

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

Gráfico III – Resultado Primário x Resultado Primário Estrutural - 2007 a 2011



Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

O compromisso do esforço fiscal feito pelo Estado é evidenciado na medida em que a dívida pública consolidada em 2010 era de R\$ 7,525 bilhões (30,45% do PIB) e em 2011 passou para R\$ 7,831 bilhões (28,83% do PIB) e no que concerne a dívida líquida consolidada em 2010 era de R\$ 6,799 bilhões (27,51% do PIB) e passou para R\$ 7,100 bilhões (26,14% do PIB).



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOUREO ESTADUAL – STE

Tabela II – Análise Analítica do Resultado Fiscal 2009 – 2011 – (% do PIB de Alagoas)

DISCRIMINAÇÃO	2009	%	2010	%	2011	%
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	4.476.796	21,08%	5.478.240	22,17%	5.580.194	20,55%
Receitas de Transferências	2.458.667	11,58%	3.264.085	13,21%	3.245.009	11,95%
FPE líquido do Fundeb	1.506.223	7,09%	1.623.441	6,57%	1.999.768	7,36%
Outras	970.257	4,57%	1.640.644	6,64%	1.245.241	4,59%
Receitas de Arrecadação Própria	2.018.130	9,50%	2.214.155	8,96%	2.335.186	8,60%
ICMS líquido do Fundeb	1.417.261	6,67%	1.700.637	6,88%	1.894.846	6,98%
IPVA líquido do Fundeb	91.688	0,43%	100.771	0,41%	115.721	0,43%
Outras	509.180	2,40%	412.746	1,67%	324.619	1,20%
II- DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	488.980	2,30%	592.766	2,40%	650.252	2,39%
III- RECEITA LÍQUIDA (I - II)	3.987.816	18,78%	4.885.474	19,77%	4.929.942	18,15%
IV- DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	3.912.756	18,43%	4.650.133	18,82%	4.459.454	16,42%
Pessoal	2.571.700	12,11%	2.621.585	10,61%	2.779.092	10,23%
OCC	1.341.056	6,32%	2.028.549	8,21%	1.680.362	6,19%
Investimentos	558.774	2,63%	847.140	3,43%	557.594	2,05%
Inversões	11.712	0,06%	21.020	0,09%	8.749	0,03%
Outras Despesas Correntes	770.570	3,63%	1.160.389	4,70%	1.114.018	4,10%
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	75.060	0,35%	235.341	0,95%	470.489	1,73%
RESULTADO NOMINAL	(109.899)	-0,52%	679.970	2,75%	305.091	1,12%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	6.845.522	32,24%	7.525.492	30,45%	7.830.583	28,83%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	6.509.556	30,66%	6.798.649	27,51%	7.099.747	26,14%
PIB ALAGOAS		21.234.293		24.712.906		27.157.452
PB BRASIL		3.239.403.999		3.770.084.872		4.143.013.338

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Valores em R\$ 1.000,00

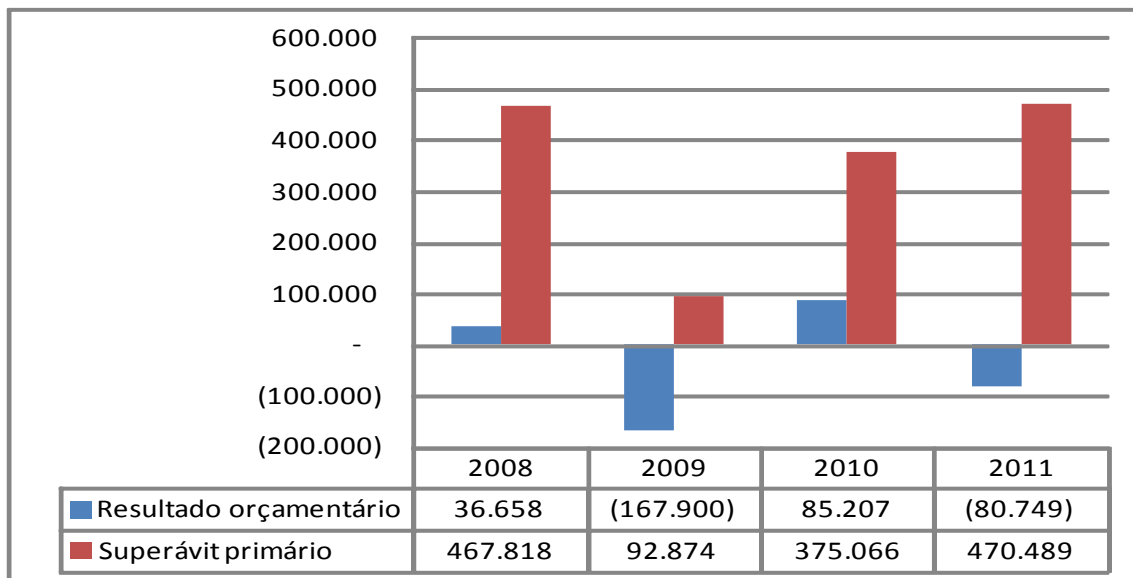
O gráfico IV evidencia a gravidade da crise mundial de 2008 e os efeitos em 2009 em face da geração de um déficit orçamentário expressivo em 2009. No que concerne aos exercícios de 2010 e 2011 e a retomada do ajuste fiscal em face da geração de um superávit primário expressivo, entretanto a obtenção do superávit orçamentário demonstra o peso significativo do serviço da dívida (juros e amortização da dívida) no tocante ao resultado das contas públicas⁷.

⁷ Em face da deterioração das contas públicas, Alagoas assinou o contrato de ajuste fiscal com a União, que lhe impôs a rigidez maior que a regra previa no tocante ao limite para o pagamento do serviço da dívida que alcançou 15% da RLR, quando os demais estados comprometiam 11% da RLR em face de que no momento da negociação do citado Programa, Alagoas apresentava um dos piores indicadores quando se compara o volume da dívida consolidada liquidada e receita corrente líquida e este foi um dos parâmetros utilizados para definição dos critérios que orientaram as assinaturas dos contratos de refinanciamentos entre o Governo Federal e os Estados.



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOUREO ESTADUAL – STE

Gráfico IV - Resultado orçamentário e superávit primário – 2008 – 2011 (Valores nominais)



Fonte: SIAFEM

Valores em R\$ 1.000,00

O superávit primário é direcionado ao serviço da dívida, o que contribui para reduzir o estoque total da dívida líquida. Por sua vez, o déficit primário indica a parcela do crescimento da dívida em decorrência do financiamento de gastos não financeiros que excedem as receitas não financeiras.

No exercício de 2011, o superávit primário foi de R\$ 470,5 milhões. Desta forma, o desempenho das receitas primárias permitiu a cobertura integral de toda a despesa primária (corrente e de capital).

O superávit primário, entretanto, não foi suficiente para o pagamento do serviço da dívida (despesa com juros e amortização da dívida), que atingiu o valor de R\$ 683,1 milhões, gerando, assim, uma necessidade de financiamento bruta de R\$ 212,6 milhões retroalimentando o crescimento da dívida pública.

O superávit primário alcançado neste exercício teve uma queda real de 41,35% em relação a 2007 e um incremento real de 17,04% em confronto a 2010. O acréscimo real em relação a 2010 foi reflexo da redução real das despesas de investimento de 21,70%.



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOURO ESTADUAL – STE

Tabela III Evolução do Resultado Primário 2007 – 2011

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 / 2007	2011 / 2010
Receita Primária Corrente Líquida do FUNDEB (1)	4.595.320	4.898.109	4.907.487	5.252.758	5.405.723	17,64%	2,91%
Receita Primária de Capital (2)	110.766	162.151	181.032	618.496	174.472	57,51%	-71,79%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (3) = (1) + (2)	4.706.086	5.060.261	5.088.519	5.871.253	5.580.194	18,57%	-4,96%
Despesas Primárias Correntes (4) = (5) - (6)	3.699.360	4.071.324	4.337.504	4.538.838	4.543.362	22,81%	0,10%
Despesas Correntes (5)	3.944.649	4.265.400	4.490.042	4.724.480	4.727.877	19,86%	0,07%
Juros e Encargos da Dívida (6)	245.289	194.077	152.538	185.642	184.515	-24,78%	-0,61%
Despesas Primárias de Capital (7) = (8) - (9)	204.465	436.961	645.869	930.442	566.343	176,99%	-39,13%
Despesas de Capital (8)	560.374	830.728	1.227.413	1.360.025	1.064.935	90,04%	-21,70%
Amortização da Dívida (9)	355.909	393.768	581.544	429.583	498.592	40,1%	16,06%
TOTAL DAS DESPESAS PRIMÁRIAS (10) = (4) + (7)	3.903.825	4.508.284	4.983.373	5.469.280	5.109.706	30,89%	-6,57%
RESULTADO PRIMÁRIO (9) = (3) - (10)	802.261	551.977	105.146	401.974	470.489	-41,35%	17,04%
Variação (%)	87,59%	-31,20%	-80,95%	282,30%	17,04%		

Nota ¹: Valores monetários calculados a preço de dezembro de 2011 (IPC- A – IBGE)

Fonte : R\$ 1.000,00

- *Dívida Consolidada*

A Dívida Consolidada, também chamada de fundada, corresponde ao montante total apurado sem duplicidade das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados de realização de operações de crédito, com amortização de prazo superior a doze meses.

A Resolução nº. 40/01 do Senado Federal determina que o limite de endividamento seja, no máximo, duas vezes a RCL, porém, para efeito de apuração desse limite, utiliza-se o conceito de Dívida Consolidada Líquida, deduzindo da dívida consolidada o superávit financeiro existente.

A rubrica Dívida Mobiliária é composta pelas Letras Financeiras do Tesouro Estadual – LFT-AL. Com o refinanciamento ocorrido através da Lei 9496/97, a maior parcela das LFT-AL foi resgatada. Ficaram de fora desse processo apenas alguns investidores e atualmente o Tesouro Estadual encontra-se em processo de regularização desses títulos.

- *Sustentabilidade fiscal de longo prazo*

A sustentabilidade fiscal no que concerne à relação Dívida Consolidada (DC) / RCL correspondia a 200,24% em 2007 reduzindo para 163,10% em 2011 e considerando a Dívida Consolidada Líquida (DCL) / RCL era de 200,24% e diminuiu para 147,88%.

A relação DC/RCL apresenta uma trajetória descendente desde 2007, passando de 200,24% naquele ano, para 163,10% em 2011, apesar das Operações de Crédito emitidas em 2009 e 2010. O crescimento da receita corrente neste período contribuiu para a redução dessa relação, permitindo ainda que o Estado pudesse captar recursos por operações de crédito e assim financiar investimentos.



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOUREO ESTADUAL – STE

Tabela IV : Dívida Consolidada / Receita Corrente Líquida – 2007 a 2011 (%)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 / 2007	2011/2010
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (1)	6.218.123	6.955.422	6.845.522	7.525.492	7.830.583	25,93%	4,05%
Dívida Mobiliária	90.740	102.066	112.200	123.170	137.574	51,61%	11,69%
Dívida Contratual	5.671.572	6.223.793	6.342.734	7.040.125	7.338.539	29,39%	4,24%
Parcelamentos com a União	313.560	485.656	380.116	362.197	354.470	13,05%	-2,13%
De Tributos	-	33.636	31.371	29.780	27.804	-	-6,64%
Contribuições Sociais	248.190	389.835	291.680	281.042	281.042	13,24%	0,00%
FGTS	65.370	62.185	57.066	51.375	45.624	-30,21%	-11,19%
Outras Dívidas	142.251	143.907	10.471	-	-	-100,00%	-
DEDUÇÕES (2)	-	-	335.967	726.843	730.836	-	0,55%
Disponibilidade de Caixa Bruta	396.390	558.311	866.385	1.086.607	1.052.043	165,41%	-3,18%
Haveres Financeiros	20.309	18.085	27.356	41.582	33.592	65,41%	-19,21%
(-) Restos a Pagar Processados	615.384	608.885	557.774	401.346	354.799	-42,35%	-11,60%
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRADAS	198.701	32.503	240.967	240.967	412.856	107,78%	71,33%
Precatórios anteriores a 05/05/2000	-	-	-	-	308.591	-	-
Insuficiência Financeira	198.686	32.488	-	-	-	-100,00%	-
Outras Obrigações	15	15	240.967	240.967	104.264	-	-56,73%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	6.218.123	6.955.422	6.509.556	6.798.649	7.099.747	14,18%	4,43%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - R	3.105.363	3.528.416	3.597.965	4.205.565	4.801.099	54,61%	14,16%
% DC/RCL	200,24%	197,13%	190,26%	178,94%	163,10%	-18,55%	-8,85%
% DCL / RCL	200,24%	197,13%	180,92%	161,66%	147,88%	-26,15%	-8,52%
Limite pelo Senado Federal - 200%	6.210.726	7.056.833	7.195.930	8.411.130	9.602.198	54,61%	14,16%

Fontes : Diretoria Especial de Contabilidade

Através da tabela abaixo evidencia que a Receita Líquida Real Média (RLRM), sendo esta a base de cálculo do serviço da dívida (juros e amortização) teve um incremento nominal de 35,49% no período de 2011 a 2008 enquanto a dívida consolidada de 12,58%, o que resultou na diminuição da relação DC/RCL.

Tabela IV : Programa de Ajuste Fiscal Resumido

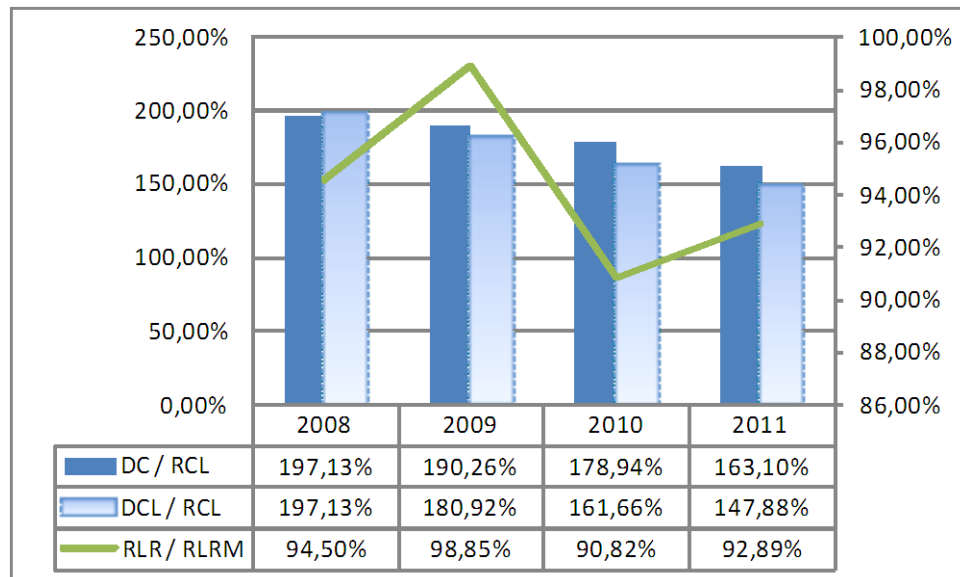
	2008	% PIB	2009	% PIB	2010	% PIB	2011	% PIB
Receitas Correntes	4.363.071	22,40%	4.620.813	21,76%	5.408.264	21,88%	6.189.225	22,79%
ICMS NORMAL	1.556.467	7,99%	1.667.366	7,85%	2.000.750	8,10%	2.229.230	8,21%
FPE	1.953.494	10,03%	1.882.779	8,87%	2.029.302	8,21%	2.499.710	9,20%
(-) Transferências do FUNDEB	249.006	1,28%	294.925	1,39%	355.940	1,44%	382.159	1,41%
Receita Realizada após TRANSF. FUNDEB	4.114.065	21,12%	4.325.888	20,37%	5.052.324	20,44%	5.807.066	21,38%
Receitas de Capital	141.594	0,73%	496.207	2,34%	800.290	3,24%	217.754	0,80%
Receita Total	4.255.659	21,85%	4.822.095	22,71%	5.852.614	23,68%	6.024.820	22,18%
(-) Dedução para o FUNDEB (ART. 5º 10.195/01)	481.996	2,47%	480.199	2,26%	546.159	2,21%	637.851	2,35%
Receita Realizada Líquida	3.773.663	19,38%	4.341.896	20,45%	53.064.550	214,72%	5.386.968	19,84%
Total das Deduções	608.971	3,13%	1.131.678	5,33%	1.582.399	6,40%	1.024.147	3,77%
(-) Operações de Crédito	3.998	0,02%	334.610	1,58%	199.469	0,81%	42.392	0,16%
(-) Alienação de Bens	168	0,00%	890	0,00%	23.727	0,10%	890	0,00%
(-) Transf.de Capital	137.428	0,71%	159.903	0,75%	577.071	2,34%	174.472	0,64%
(-) Transf.aos Municípios	467.377	2,40%	488.980	2,30%	592.766	2,40%	650.252	2,39%
(-) Gestão Plena de Saúde	-	0,00%	147.295	0,69%	189.367	0,77%	156.142	0,57%
(+) Ajuste FECOEP/FUNDEB	3.980	0,02%	4.206	0,02%	4.656	0,02%	4.848	0,02%
RECEITA LÍQUIDA REAL	3.168.672	16,27%	3.214.424	15,14%	3.752.871	15,19%	4.367.669	16,08%
RECEITA LÍQUIDA REAL MÉDIA	2.994.348	15,37%	3.177.591	14,96%	3.386.305	13,70%	4.056.957	14,94%
RELAÇÃO RLR MÉDIA /RLR	94,50%		98,85%		90,82%	0,00%	92,89%	0,00%
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	164.486	0,84%	134.734	0,63%	173.215	0,70%	184.515	0,68%
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	333.731	1,71%	513.669	2,42%	400.827	1,62%	498.592	1,84%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	6.955.422	35,71%	6.845.522	32,24%	7.525.492	30,45%	7.830.583	28,83%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	6.955.422	35,71%	6.509.556	30,66%	6.798.649	27,51%	7.099.747	26,14%
DC/RLR	2,20		2,13		2,01		1,79	
DCL/RLR	2,20		2,05		1,81		1,75	
PIB BRASIL	3.032.203.004		3.239.403.999		3.770.084.872		4.143.013.338	
PIB ALAGOAS	19.475.840		21.234.293		24.712.906		27.157.452	

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

Gráfico V – Endividamento do Estado de Alagoas / Receita Corrente Líquida 2008 a 2011 (%)



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOUREO ESTADUAL – STE



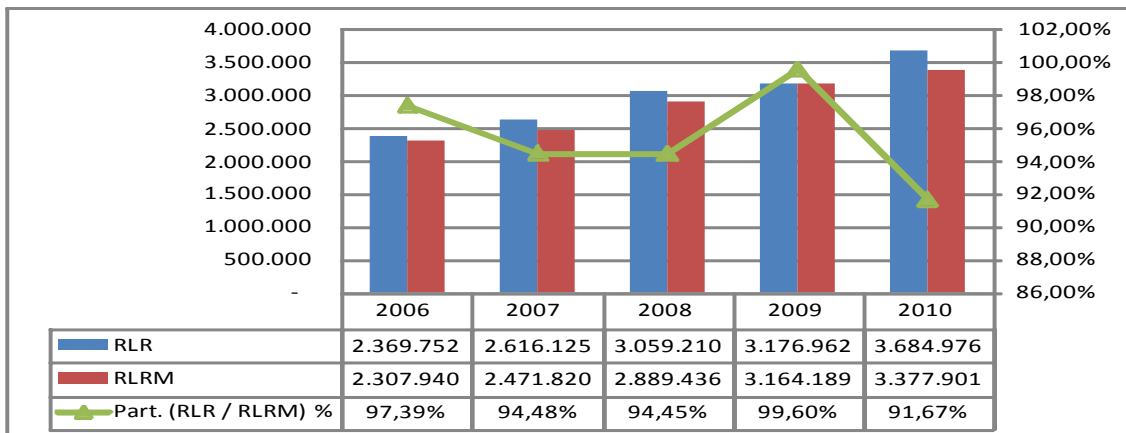
Fontes : Diretoria Especial de Contabilidade e Gerência de Gestão Fiscal e Estatística.

A Dívida regida pelos contratos da Lei nº 9.496/97 e da Lei nº 8.727/93 caracterizando o refinanciamento da dívida com a União atingiu o montante de R\$ 6,7 bilhões representa 81,22% do total da dívida do Estado em 2011. Esses contratos têm seu custo atrelado ao índice IGP-DI (FGV) mais juros, e pagamento limitado a 15% da Receita Líquida Real – RLR. O comportamento da RLR e do IGP-DI influencia, portanto, diretamente nos valores da dívida consolidada. Além disso, tem o contrato da Lei 8.727/93 denominada COHAB e IPASEAL que é corrigida pela TR e que representa 4,45% do total da dívida do Estado. Assim, todos os contratos representaram 85,66% do total da dívida do Estado.

A Dívida da União representava 89,97% em 2007 diminuiu para 85,87% em 2011. No que se refere às dívidas que compõem a Lei nº 9.496/97 correspondia 77,11% da dívida da Administração Direta em 2007 e passou para 79,37% em 2011. Realizando uma análise desagregada da dívida Lei 9.496/97 a Dívida Mobiliária representava 20,53% em 2007 e passou para 3,43% em 2011 enquanto a Rolagem correspondia 38,86% e passou para 53,07% em 2011.



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOUREO ESTADUAL – STE



Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a política fiscal assumida pelo Estado para os próximos exercícios, ou seja, de controle das despesas públicas no que tange a despesa de pessoal e de custeio.

➤ **META 1 – RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL**

A meta nº 1 do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, que resulta dos termos acertados com o Governo Federal, segundo o refinanciamento de dívidas ao amparo da Lei nº 9.496/97, é atingir a redução da dívida financeira total (D) do Estado a valor não superior ao de sua Receita Líquida Real Anual (RLR), não ultrapassando, em nenhum dos anos do período as relações D/RLR.

No exercício de 2011, a meta estabelecida pela RLR foi de R\$ 4,050 bilhões e o Estado alcançou R\$ 4,364 bilhões, portanto superior em 7,75%. O valor da meta para a dívida financeira do Estado em dezembro de 2011 foi de R\$ 7,402 bilhões e a mesma foi de R\$ 7,831 bilhões, portanto superior em 5,80%. Portanto, a relação Dívida Financeira/RLR foi de 1,91 em 2010 e em 2011 reduziu para 1,79%. Portanto, em trajetória inferior em face que o programa projetava uma meta inferior de 1,83 e a superior de 1,83 para o exercício de 2011. Ressalta-se que o Programa de Ajuste Fiscal, anualmente, estabelece as metas de resultado primário no intento de garantir a solvência intertemporal da dívida pública. Nesse contexto, o resultado nominal e o estoque da dívida do setor público são meramente indicativos, uma vez que sofrem influência de uma série de fatores fora do controle direto do governo.



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOURO ESTADUAL – STE

Tabela V : Projeção e Realização da Receita Líquida Real e Dívida Financeira – 2010 e 2011

PROJEÇÃO				REALIZAÇÃO		
EXERCÍCIO	RLR	DF	DF/RLR	RLR	DF	DF/RLR
2010	3.524	6.985	1,98	3.938	7.525	1,91
2011	4.050	7.402	1,83	4.364	7.831	1,79
VAR. %	14,93%	5,97%	-7,79%	10,82%	4,07%	-6,09%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística
Valores em R\$ 1.000.000

META CUMPRIDA

➤ META 2 – RESULTADO PRIMÁRIO

A meta nº 2 do Programa de Ajuste Fiscal é a obtenção de Resultados Primários positivos em valores nominais especificados.

A Receita Líquida do exercício de 2011 foi da ordem de R\$ 5,247 bilhões contra uma despesa não financeira de R\$ 4,788 bilhões. O Resultado Primário obtido pelo Estado de Alagoas, conforme os cálculos do Programa, foi de R\$ 459 milhões contra uma meta estabelecida de R\$ 265 milhões, assim sendo esta foi superada em 73,21%. Salienta-se, ainda, que o resultado primário obtido de 2011 foi inferior em 7,65% a 2010.

Tabela VI - Projeção e Realização do Resultado Primário – 2010 e 2011

EXERCÍCIO	PROJEÇÃO	REALIZADO	REALIZADO / PROJEÇÃO
2010	223	497	122,87%
2011	265	459	73,21%
VAR. %	18,83%	-7,65%	

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística
Valores em R\$ 1.000.000

META CUMPRIDA

➤ META 3 – DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

A meta nº 3 do Programa consiste em limitar as Despesas com Pessoal a 60% da Receita Corrente Líquida (RCL), Fontes do Tesouro, segundo os conceitos expressos no termo de entendimento técnico.

Os gastos com Despesa de Pessoal no exercício de 2011 somaram R\$ 2,626 bilhões, superior em 0,87% em relação a meta. A Receita Corrente Líquida apurada no



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOUREO ESTADUAL – STE

mesmo exercício foi de R\$ 5,157 bilhões, superior em 2,38% em confronto a meta de 2011. A relação de gastos com Pessoal / RCL foi de 50,91% contra uma meta estabelecida pelo Programa de 51,68%.

Tabela VII – Projeção e Realização da Relação Despesa de Pessoal e RCL – 2010 e 2011

EXERCÍCIO	PROJEÇÃO			REALIZAÇÃO		
	PESSOAL	RCL	PESSOAL / RCL	PESSOAL	RCL	PESSOAL / RCL
2010	2452	4174	58,74%	2254	4459	50,55%
2011	2.603	5.037	51,68%	2.626	5.157	50,91%
VAR. %	6,16%	20,68%	-12,03%	16,48%	15,65%	0,72%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística
Valores em R\$ 1.000.000

META CUMPRIDA

➤ META 4 – RECEITA DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

A meta nº 4 do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal é alcançar a receita de arrecadação própria indicada. Os valores estão expressos a preços correntes e consideram as projeções estaduais para as receitas tributárias (ICMS, IPVA, Taxas e ITCD), Receitas de Contribuições, Receitas de Serviço e Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme discriminado no Termo de Entendimento Técnico.

A receita da arrecadação própria realizada no exercício de 2011 foi de R\$ 2,534 bilhões contra uma meta estabelecida de R\$ 2,472 bilhões, gerando um incremento nominal de 11,94% e sendo superior a meta em 2,52%. Assim, evidencia-se o modelo de esgotamento de aumento da receita da arrecadação própria em percentual do PIB.

Tabela VIII – Projeção e Realização da Receita da Arrecadação Tributária– 2010 e 2011

EXERCÍCIO	PROJEÇÃO	REALIZADO	REALIZADO / PROJEÇÃO
2010	2.035	2.264	11,25%
2011	2.472	2.534	2,52%
VAR. %	21,47%	11,94%	

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística
Valores em R\$ 1.000.000



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOUREO ESTADUAL – STE
META CUMPRIDA

➤ META 5 – REFORMA DO ESTADO, AJUSTE PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Com relação à meta nº 5 do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal foi estabelecida os seguintes compromissos :

a) Instituir no âmbito do Poder Executivo Estadual, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Fazenda, Grupo de Trabalho denominado Grupo de Procedimentos Contábeis do Estado de Alagoas – GTCON/AL, com o fim de elaborar planejamento estratégico e implementar medidas que possibilitem:

I - a adaptação da contabilidade pública estadual aos requerimentos do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP; e

II - a adoção do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

- Não foi instituído no âmbito do Poder Executivo Estadual, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Fazenda, Grupo de Trabalho denominado Grupo de Procedimentos Contábeis do Estado de Alagoas – GTCON/AL. (**Meta não cumprida**)
- b) No exercício de 2011, foram gastos recursos da ordem de R\$ 1,531 bilhão em Outras Despesas Correntes, quando a meta estabelecida no programa era de R\$ 1,551 bilhão. A meta estabelecida no Programa de Ajuste Fiscal em relação às Outras Despesas Correntes / RLR era de 30,40% e a meta realizada no exercício de 2011 foi de 30,08%. (**Meta cumprida**)
- c) Constituir estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais Dependentes.
Não foi constituída estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais Dependentes. (**Meta cumprida**)
- d) Foi mantida estrutura técnico-institucional – Comitê de Programação Orçamentária e Financeira (CPOF) com participação dos integrantes da Secretaria de Estado da Fazenda, da Secretaria de Estado da Gestão Pública, da Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento, Gabinete Civil e da Controladoria Geral do Estado. (**Meta cumprida**)
- e) O Sistema de Coleta de Dados Contábeis – SISTN, junto à Caixa Econômica Federal continua sendo atualizado de acordo com as normas vigentes e dentro do período determinado. (**Meta cumprida**)
- f) Encaminhamento do Relatório de Execução do Programa à Secretaria de Tesouro Nacional, relativo ao exercício de 2011, no prazo determinado pelo Programa. (**Meta cumprida**)



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOURO ESTADUAL – STE

- g) Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. **(Meta cumprida)**

➤ **META 6 – DESPESAS DE INVESTIMENTOS**

A meta 6 do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal consiste em limitar os gastos com Investimento (Despesa de Investimento da Administração Direta e Indireta custeadas com recursos do Tesouro do Estado) aos percentuais da Receita Líquida Real.

Tabela IX – Projeção e Realização da relação das Despesas com Investimentos e a Receita Líquida Real – 2010 e 2011

DESPESAS COM INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL EM
%

EXERCÍCIO	PROJEÇÃO			REALIZAÇÃO		
	INVESTIMENTOS	RLR	INVESTIMENTOS /RLR	INVESTIMENTOS	RLR	INVESTIMENTOS /RLR
2010	671	3524	19,04%	821	3938	20,85%
2011	759	4.050	18,74%	558	4.364	12,79%
VAR. %	13,11%	14,93%		-32,03%	10,82%	

Fonte: Superintendência do Tesouro Estadual (SEFAZ)
Valores em R\$ 1.000.000

As despesas com Investimento em 2011 foram da ordem de R\$ 558 milhões e a meta projetada de R\$ 759 milhões. Os investimentos do Estado representaram, em 2011, 12,79% da RLR, contra o projetado no Programa de 18,74%. A redução das Transferências de Capital de R\$ 317,3 milhões para R\$ 174,5 milhões e a necessidade de cumprimento do resultado primário para manter a sustentabilidade da dívida pública foram fatores decisivos para alusiva redução dos investimentos do projetado em R\$ 759 milhões para o realizado em R\$ 558 milhões.

META CUMPRIDA

Maceió, 02 de abril de 2011

Responsável pelas informações:

Maurício Acioli Toledo
Secretário de Estado da Fazenda



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOURO ESTADUAL – STE